



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

AE
49

ARTIGO ESTRATÉGICO 49

OUTUBRO 2020

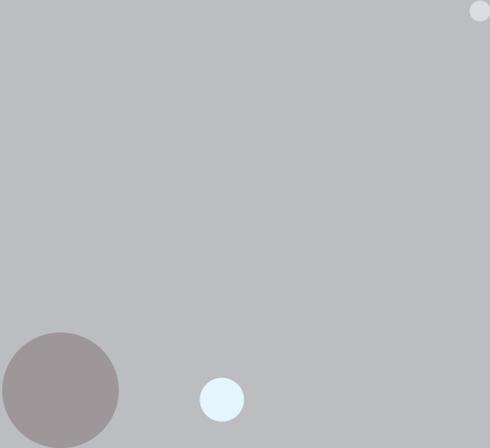


A Ágora sob ataque:

Uma tipologia para a análise do fechamento
do espaço cívico no Brasil e no mundo

Index

<i>Introdução.....</i>	<i>2</i>
<i>Recessão democrática</i>	<i>3</i>
<i>O fechamento do espaço cívico</i>	<i>4</i>
<i>Mapeando as ameaças.....</i>	<i>5</i>
<i>O caso do Brasil.....</i>	<i>11</i>
<i>Organizando a reação</i>	<i>18</i>
<i>Notas de Fim</i>	<i>20</i>
<i>Referências da Tabela 1</i>	<i>25</i>



A Ágora sob ataque:

Uma tipologia para a análise do fechamento
do espaço cívico no Brasil e no mundo

Ilona Szabó de Carvalho*

Introdução

O fechamento do espaço cívico é um fenômeno global. Governos populistas e autoritários de esquerda e de direita estão exercendo uma pressão devastadora sobre artistas, ativistas, jornalistas e acadêmicos ao demonizar os direitos humanos e a ciência, perseguir e criminalizar oponentes, e implementar legislações repressivas. Diversos grupos da sociedade civil em países de renda baixa, média e alta temem igualmente por sua própria segurança. Instituições cívicas – de universidades e *think tanks* a organizações de direitos humanos e grupos de mídia investigativa independentes – estão reportando um aumento em ameaças e intimidações, especialmente de políticos extremistas e seus apoiadores radicais.

A percepção de que o espaço cívico está se fechando é amplamente reconhecida pela comunidade internacional de direitos humanos.¹ Na última década, organizações como o Carnegie Endowment for International Peace,² o Center for Strategic and International Studies³ e o CIVICUS,⁴ entre outros, chamaram atenção para o problema. Grupos filantrópicos emitiram múltiplos relatórios sobre os desafios que o espaço cívico enfrenta.⁵ Novas organizações dedicadas exclusivamente ao monitoramento do fenômeno estão surgindo.⁶ Desde 2013, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas lançou uma série de resoluções e um guia sobre a importância de proteger e expandir o espaço cívico.⁷ Embora alguns analistas acreditem que o termo é muito amplo para ser considerado analiticamente útil,⁸ há

um crescente corpo de pesquisa mostrando as formas com que a sociedade civil está sendo “comprimada”.⁹

Mas o que exatamente significa fechamento do espaço cívico? Quais são as implicações para a democracia, de modo geral? E, mais importante, o que grupos da sociedade civil podem fazer a respeito?

Espaço cívico é um conceito abstrato das ciências sociais. É descrito por Antoine Buyse como a camada entre o Estado, os negócios e a família, na qual os cidadãos se organizam, debatem e agem.¹⁰ Um espaço cívico aberto e saudável implica que grupos e indivíduos da sociedade civil sejam capazes de se organizar, participar e se comunicar sem obstáculos e, ao fazê-lo, reivindicar seus direitos e influenciar as estruturas políticas e sociais ao seu redor. O conceito se baseia nas definições tradicionais de sociedade civil e de esfera pública, mas vai além.¹¹ Espaço cívico também corresponde às interações positivas entre a sociedade civil e os governos, que em democracias representativas tendem a contribuir para tomadas de decisões mais responsáveis e transparentes. De acordo com a CIVICUS, três liberdades fundamentais – de associação, reunião e expressão – definem seu escopo. Onde essas liberdades são infringidas, ele pode ser considerado limitado ou reduzido.

Organizações da sociedade civil (OSC), incluindo associações comerciais, organizações religiosas, organizações indígenas, ONGs e *think tanks*, operam no espaço cívico ao lado de grupos de mídia independente, universidades e outros tipos de entidades não governamentais.¹² As organizações da sociedade civil têm ampla gama de atividades incluindo, entre outras coisas, produzir e disseminar conhecimento e melhorar a supervisão sobre ações e políticas dos governos e, mais recentemente,

* Cofundadora e presidente do Instituto Igarapé. Esta pesquisa foi iniciada durante meu período como fellow de políticas públicas no Lemann Center for Brazilian Studies, do Institute for Latin American Studies na Universidade de Columbia, na cidade de Nova York. A autora agradece a Debora Leao, Giovanna Kuele, Iain Levine, João Gabriel Santana de Lima, Mariana Belalba, Melina Risso, Paul Lagunes, Renata Giannini e Robert Muggah por suas contribuições relevantes à pesquisa.

de empresas privadas. Em geral, esses grupos promovem maior transparência e responsabilidade. Os esforços estatais para conter ou coibir essas organizações representa um ataque às instituições e às liberdades democráticas garantidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por constituições federais de diversos países, incluindo o Brasil. Essas ações também podem prejudicar o planejamento e a implementação de políticas públicas inclusivas e plurais, comprometendo o bem público.

Este artigo apresenta uma tipologia preliminar para descrever o fechamento do espaço cívico. Combina uma revisão da literatura com entrevistas-chave com líderes dos setores público, sem fins lucrativos e empresarial. Assim, oferece um panorama do contexto do Brasil — um país que saiu de uma ditadura em 1985 e que ainda exhibe sinais de autoritarismo, evidenciados desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.¹³

Recessão democrática

O fechamento do espaço cívico é mais facilmente descrito do que definido.¹⁴ Isso não é surpreendente, uma vez que diferentes tipos de entidades e indivíduos estão experimentando esse fechamento de formas distintas. Em alguns casos, eles são afetados por medidas legais destinadas a restringir, interromper ou eliminar a ação cívica. Ao mesmo tempo, grupos cívicos também podem sofrer obstrução extralegal ou ilegal, incluindo coerção, intimidação, ou mesmo a violência direta. Estratégias legais, extralegais ou ilegais corroem a capacidade das organizações da sociedade civil, mídia independente e outros tipos de associações de exercer pressão e exigir transparência e responsabilidade dos governos na entrega, proteção e ampliação do bem público.¹⁵

Até o momento, a maioria das respostas cívicas às tentativas dos governos de “fechar” o espaço cívico foram informadas pela legislação de direitos humanos. Advogados ajudaram grupos cívicos a revogar legislações repressivas e apelar de decisões nos tribunais. Embora a aplicação da legislação de direitos humanos seja essencial, é um desafio em muitos ambientes onde os governos estão reprimindo violentamente as liberdades de expressão, associação e reunião e estão minando a separação de poderes, essencial para os controles e equilíbrios republicanos. Além disso, muitas vezes quando medidas extralegais e ilegais são aplicadas, pode haver uma ausência de evidências materiais para construir um caso forte.

O fechamento do espaço cívico não apenas ameaça os direitos humanos, mas também desgasta a democracia, as políticas públicas e a habilidade dos cidadãos de monitorarem seus governos. Embora tais perigos estejam presentes em muitas sociedades, são particularmente preocupantes em democracias menos maduras e com instituições mais frágeis, a saber, sem imprensa, Legislativo ou Judiciário independentes. Nesses casos, instituições públicas como a polícia, a promotoria e o Judiciário, por exemplo, podem não operar de forma independente, influenciando na forma com que as leis e as decisões são aplicadas. Esses países podem ter uma capacidade reduzida de respeitar o Estado Democrático de Direito, no qual as leis são criadas pelo povo e para o povo, respeitando a dignidade humana, e no qual todos os cidadãos podem participar ativamente das discussões políticas do país.¹⁶

Não é surpreendente, portanto, que, em paralelo aos ataques ao espaço cívico, estejamos vendo um declínio das democracias, em quantidade, qualidade e integridade. É importante lembrar que a democracia não é uma ideia nova, remonta da Grécia antiga. Entretanto, sua implementação, como a conhecemos hoje, é mais recente, desde o século XVIII, com a Constituição Americana de 1787 – a primeira constituição democrática do mundo.¹⁷ No

período de dois séculos (XIX e XX), a democracia se espalhou de um, para mais de 100 países. Ela também sofreu reveses ao longo do caminho e continua, até hoje, a enfrentar resistência. Entretanto, segue sendo o melhor sistema de governo para gerar crescimento e melhorar o bem público em comparação com as alternativas conhecidas — seja o governo de reis, teocracias, ditaduras ou autoridade tribal.¹⁸

Foi Samuel Huntington quem popularizou a ideia de que a democracia se desenvolveu em diferentes ondas e descreveu as três principais.¹⁹ Francis Fukuyama previu em seu artigo de 1989 intitulado *O fim da história* a quarta onda democrática e a vitória das democracias liberais e do capitalismo.²⁰ Mas, em 2017, ele reconheceu que o mundo estava indo de uma “recessão democrática” para uma “depressão democrática”.²¹ Assim, a questão fundamental no momento é se esse declínio é apenas um desvio da quarta onda ou uma decadência terminal das democracias.

A fragilização de uma democracia pode passar despercebida se acontecer gradualmente, sem uma grande ruptura como um golpe militar. O caso da Hungria, por exemplo, ilustra quão real é essa possibilidade.²² Em 2020, diferentes organizações internacionais consideraram que houve uma redução no índice democrático do Brasil, passando a classificar o país não mais como uma democracia liberal, mas como uma democracia eleitoral.²³ Ainda assim, alguns cientistas políticos e autoridades continuam afirmando que a democracia brasileira está indo bem.²⁴ Argumentam que o sistema de freios e contrapesos e a separação entre poderes do Estado pode conter as tentativas de abuso de poder, inclusive do presidente da República.

Em geral, essas análises se concentram nos procedimentos jurídicos que vêm sendo utilizados pelo Congresso, Ministério Público Federal ou Judiciário.²⁵ Do ponto de vista da análise da ciência política tradicional, o fechamento do espaço cívico às vezes não é levado em consideração ao avaliar a saúde de

uma democracia. Como resultado, a população pode perceber o progresso do governo autoritário tarde demais para reverter o processo.

No entanto, a intensificação dos ataques ao Supremo Tribunal Federal por partidários radicais do presidente, no início de 2020, e as várias manifestações de apoio a um golpe militar mudaram a percepção de alguns.²⁶ Mesmo assim, há pouca atenção e análise sobre as consequências do fechamento do espaço cívico. O fato é que no Brasil ocorrem diariamente ataques a direitos e liberdades essenciais para o pleno exercício da democracia e que estão garantidos na Constituição Federal, especialmente nos artigos um a seis da Carta.

O fechamento do espaço cívico

O espaço cívico está se fechando em muitas regiões por uma série de razões. Por um lado, a guerra global contra o terrorismo desde 2001, levou a restrições contra liberdades civis nos Estados Unidos, bem como em partes da Ásia central, do Oriente Médio e do norte da África.²⁷ Sob a bandeira da “defesa nacional”, um poderoso conjunto de justificativas que padronizam essas restrições foi colocado em prática. Mudanças geopolíticas mais recentes de governos linha-dura têm, em alguns casos, subvertido e subordinado os direitos humanos aos imperativos nacionalistas, inclusive no Ocidente.

A virada populista de alguns governos, incluindo nos EUA, Europa ocidental, sul e sudeste da Ásia e América Latina também reduziu a tolerância pelas liberdades democráticas e direitos humanos, especialmente das minorias. Atitudes racistas, xenófobas, anti-imigração e contra os direitos de grupos indígenas e LGBTQI+ estão se tornando cada vez mais comuns.²⁸ É isso que demonstram os casos de líderes em Brasil, Hungria, Índia, Polônia, Rússia, Filipinas, Estados Unidos e Venezuela. Esses são alguns

locais onde a sociedade civil frequentemente é colocada na mira e representada como vilã, como estratégia explícita de mobilização política.²⁹ Neles, organizações, imprensa e instituições científicas e acadêmicas também se tornaram alvo de ataques como parte de uma estratégia explícita de desumanização de oponentes e de mobilização de bases radicais de apoio.³⁰

Muitos estados estão sofisticando a forma como restringem a ação cívica e fecham o espaço cívico. Novas tecnologias — desde *malwares* altamente sofisticados que infectam telefones e computadores até *bots* para redes sociais, perfis falsos e milícias digitais — são cada vez mais usadas em todo o mundo. O espaço digital está cada vez mais agressivo, expondo os atores cívicos a uma gama crescente de ameaças, desde monitoramento e vigilância até infiltração.³¹ O uso de ferramentas como essas para espalhar o discurso de ódio para um grande número de pessoas, incitar a violência e estruir propositalmente a reputação de indivíduos e organizações pode ocorrer por trás de proteções dadas pela legislação ligada à liberdade de expressão. A disseminação da desinformação por meio de plataformas de mídia social é amplamente vista hoje como uma das maiores ameaças à democracia e aos direitos humanos.³²

Mapeando as ameaças

É possível separar as ameaças ao espaço cívico em diferentes categorias. A Tabela 1 descreve uma série de estratégias e táticas implementadas por governos, e às vezes também por grupos de apoiadores radicais, para restringir as operações de organizações da sociedade civil, veículos de mídia, universidades, artistas e outros grupos não governamentais. Ela inclui ações “legais”, “ilegais” e “extralegais”³³. Embora ainda em desenvolvimento, a estrutura é inovadora na forma como revela um conjunto

diversificado de indicadores para além da liberdade de expressão, associação e reunião, focos convencionais da justiça criminal e da legislação de direitos humanos. Ela expõe dinâmicas menos visíveis do fechamento do espaço cívico, precisamente porque são difíceis de medir, pouco estudadas e, assim, negligenciadas. Também oferece uma nova lente através da qual a saúde das democracias pode ser avaliada, complementando avaliações mais tradicionais de procedimentos e capacidades institucionais que tendem a ser o foco de cientistas políticos.³⁴

Embora abrangente, a tabela está longe de ser completa. Por exemplo, as categorias e táticas listadas na estrutura podem não capturar totalmente as várias formas com que políticos extremistas perseguem organizações da sociedade civil e outros grupos protetores de direitos de minorias e vulneráveis. Da mesma forma, também não mostram totalmente como esses mesmos políticos procuram privar os direitos de refugiados, requerentes de asilo, povos indígenas, pessoas presas e grupos LGBTQI+. Ademais, é importante lembrar que algumas autoridades eleitas estão firmemente convencidas de que os direitos humanos atrapalham a lei e a ordem ou o desenvolvimento econômico.

É fundamental avaliar precisamente quem está envolvido em ações violentas para fechar o espaço cívico. Muitas vezes a violência não é perpetrada diretamente por agentes do Estado em suas funções oficiais, mas por paramilitares, milícias, gangues, segurança privada e outros, encorajados pela retórica de ódio de um presidente e outras figuras políticas importantes. Nessas situações, mesmo que não possam ser feitas atribuições diretas de responsabilidade aos agentes do Estado, é importante mapear os casos e identificar as tendências para entender melhor como os atos de violência reais respondem à retórica do ódio, e o que pode ser feito para proteger os indivíduos e grupos visados.

Tabela 1: Tipologia de estratégias legais, ilegais e extralegais e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
I. Cooptação	Cooptação é o processo de incorporação de pessoas a um grupo de elite, oferecendo-lhes privilégios em troca de apoio, em geral para gerenciar a oposição e, assim, manter a estabilidade desse grupo no poder. (Selznick, 1948; Piven and Cloward, 1977).	Oferta de relacionamento privilegiado, incluindo acesso a contratos públicos e financiamento, caso seja concedido apoio irrestrito.
II. Coerção	Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça, limitando suas escolhas. (Schelling, 1966).	<p>Ameaça velada ou aberta de demitir ou destituir funcionários públicos e nomeados políticos se eles não aderirem às falsas narrativas ou irregularidades do governo.</p> <p>Ameaça velada ou aberta de suspender parcerias em andamento e/ou financiamento público à luz de críticas públicas.</p>
III. Fake News e campanhas de desinformação	<p>Fake news são notícias falsas veiculadas no noticiário, redes sociais e divulgadas na internet, que tentam se passar por notícias reais. Existem seis tipos: sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda (Tandoc, Lim, Ling, 2007).</p> <p>Desinformação é informação falsa disseminada deliberadamente para causar prejuízo público por lucro ou benefício privado, indo além das notícias falsas (EC, 2018).</p>	<p>Produção em massa e disseminação de conteúdo falso para ganhar influência política.</p> <p>Contratação de blogueiros, uso de perfis falsos, bots e outras ferramentas digitais para criar e disseminar histórias falsas usando dinheiro público ou recursos de grupos de apoio.</p> <p>Disseminação de campanhas de desinformação para distrair ou enganar.</p> <p>Ataques contra fatos e a ciência.</p>
IV. Censura (velada ou explícita)	Censura refere-se à “política de restringir / suprimir a expressão pública de ideias, opiniões, concepções e impulsos que têm ou se acredita terem a capacidade de minar a autoridade governante ou a ordem social e moral que essa autoridade se considera obrigada a proteger”. (Laswell, 1930)	<p>Intenção de provocar autocensura de indivíduos visados on-line ou off-line.</p> <p>Criação de obstáculos ao acesso à informação pública.</p> <p>Classificação ou restrição de publicações e documentos.</p> <p>Intenção direta de desqualificar resultados de pesquisa.</p> <p>Retirada de fundos de projetos culturais não alinhados com as visões do governo.</p> <p>Conteúdo filtrado ou internet controlada.</p> <p>Censura amplamente aplicada por lei à mídia, pesquisa, manifestações culturais e debate.</p>

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>V. Intimidação e assédio</p>	<p>Intimidação se refere a ações diretas ou indiretas contra terceiros para impedi-los de continuar seu trabalho ou para induzir o medo de um ataque (CIVICUS, 2019). Assédio são ações ou comportamentos verbais ou físicos que rebaixam, humilham ou constrangem um cidadão ao expressar opiniões críticas (CIVICUS, 2018).</p>	<p>Uso de forças de segurança do estado e aparato de inteligência para intimidar oponentes.</p>
		<p>Perseguição e intimidação de ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas.</p>
		<p>Chantagem.</p>
		<p>Assédio ou ataque contra instituições por autoridades.</p>
		<p>Assédio ou ataque contra ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas por autoridades.</p>
		<p>Ataque misógino contra mulheres com perfil público.</p>
		<p>Campanhas de desumanização / difamação / deslegitimação contra indivíduos, grupos ou instituições (ação oficial direta ou indireta).</p>
		<p>Ataques organizados on-line e campanhas contra indivíduos, grupos ou instituições (<i>bots</i> e mobilização de milícias digitais).</p>
		<p>Ameaças de cancelar concessões públicas de canais de mídia independente.</p>
<p>Pressões e ameaças a empresas privadas para interromper a publicidade em canais de mídia não alinhados.</p>		
<p>VI. Violação de privacidade (vigilância do Estado)</p>	<p>A violação da privacidade refere-se à violação do direito humano fundamental à privacidade, que sublinha que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias na sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Vigilância do Estado é a coleta de informações, incluindo o monitoramento, rastreamento e identificação, para o controle de grupos específicos, supervisionada por funcionários e administradores, articulada a algum propósito específico (Giddens, 1984; Lyon, 1994). Geralmente na esfera cinzenta/extralegal de assuntos públicos (Starr <i>et al</i>).</p>	<p>Escutas ilegais.</p>
		<p>Monitoramento de mídia digital de perfis selecionados para dossiês, assédio e intimidação.</p>
		<p>Encerramento de contas, sites, servidores.</p>
		<p>Hackear perfis para intimidar ou assediar, ou usar perfis privados em campanhas de milícias digitais.</p>
		<p>Uso indevido de dados privados dos cidadãos em campanhas micro direcionadas de desinformação e outras ações digitais sem consentimento.</p>
		<p>Monitoramento ilegal da oposição, incluindo organizadores de protestos.</p>

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>VII. Violação de direitos civis e políticos</p>	<p>Violações dos direitos políticos incluem a negação do direito a um julgamento justo e ao devido processo; e direitos de participação na sociedade civil e na política, como liberdade de associação, direito de reunião e direito de voto (Dahl, 2005). Violações dos direitos civis incluem discriminação em razão de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, filiação política, etnia, religião e origem social; e restrições à liberdade dos indivíduos. (ICCPR, 1976).</p>	<p>Restrições ou proibições de protestos ou manifestações públicas.</p> <p>Restrições para a incorporação, registro, operação e ciclo de vida de organizações da sociedade civil.</p> <p>Fechamento de organizações da sociedade civil que resistam a se conformar com regras autoritárias ou draconianas.</p> <p>Cancelamento de registros ou licenças para organizações da sociedade civil que cumprem a lei.</p> <p>Invasão / destruição de escritórios de organizações da sociedade civil.</p> <p>Apreensão de propriedade.</p> <p>Expulsão e proibição de operar em determinado país.</p> <p>Proibições de viagens.</p> <p>Investigações legais ilegítimas.</p> <p>Fomentar a discriminação e as violações dos direitos de minorias e grupos vulneráveis.</p> <p>Fomentar a intolerância religiosa.</p>
<p>VIII. Restrições ao envolvimento e participação cívica</p>	<p>Restrições a quaisquer formas de trabalho individual ou coletivo para resolver problemas da comunidade e abordar questões de interesse público (participação cívica), bem como quaisquer formas de expressar conhecimento, crenças, opiniões e atitudes sobre questões públicas (engajamento cívico) (Barrett e Brunton-Smith, 2014), especialmente ao contribuir e interagir com a formulação de políticas, monitoramento e/ou processo de tomada de decisão.</p>	<p>Exclusão da linguagem sobre a participação da sociedade civil em resoluções nacionais e internacionais</p> <p>Endurecimento das regras para permitir o acesso da sociedade civil ao Congresso Nacional</p> <p>Desautorização de instituições estatais para trabalhar com ONGs</p> <p>Penalização de funcionários públicos que desobedecem às instruções de cortar o acesso à sociedade civil.</p> <p>Encerramento de conselhos e mecanismos participativos.</p>

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
IX. Restrições de financiamento	<p>Restrições à capacidade da sociedade civil de acessar financiamento estrangeiro por meio de leis que limitam ou proíbem o apoio externo, requisitos que incluem aprovação governamental, medidas contra organizações internacionais que fornecem apoio às organizações da sociedade civil, bem como medidas administrativas e práticas extralegais (Wolff e Poppe, 2015) coordenadas por governos contra OSCs independentes. Restrições também podem ser aplicadas para fundos nacionais, públicos ou privados.</p>	Instituições governamentais param de conceder autorização para que as OSCs participem de projetos e recebam fundos de doadores de cooperação internacional.
		Aplicação excessivamente ampla de medidas de combate à lavagem de dinheiro e contraterrorismo.
		Uso de leis sobre difamação, traição e outras para trazer acusações criminais contra beneficiários de financiamento internacional.
		Restrições para financiamento nacional e internacional e/ou proibição de doadores específicos.
		Exigência de aprovação prévia do governo e/ou fundos internacionais encaminhados por meio de entidades controladas pelo governo.
		Limitar o montante de financiamento internacional por OSC.
		Restrição de atividades realizadas com financiamento internacional, incluindo restrições baseadas em conteúdo (por exemplo, proibição de trabalho de direitos humanos ou “atividade política”).
		Tributação de fundos internacionais.
		Categorizar OSCs que recebem financiamento internacional como “agentes estrangeiros”.
		Requisitos processuais onerosos.
		Congelamento ou apreensão de fundos.
Proibição de receber financiamento internacional.		
X. Violência física	<p>Violência Física é a infligência intencional e direta de dano às pessoas, desde sofrimento físico ou dano corporal a morte violenta (Kalyvas, 2006). No contexto desta pesquisa, atos de violência física podem ser perpetrados por agentes estatais ou não estatais, incluindo paramilitares, milícias, gangues, representantes da segurança privada e outros indivíduos encorajados pela retórica de ódio de figuras políticas para se livrar da oposição.</p>	Respostas violentas do Estado a protestos.
		Recusa em proteger aqueles que estão sob ameaça.
		Ataques violentos contra minorias e grupos vulneráveis.
		Ameaças de violência física por parte de atores estatais e não estatais.
		Prisão ilegal de líderes cívicos.
		Tortura / maus-tratos.
		Desaparecimento forçado. Assassinato / execuções extrajudiciais de defensores dos direitos humanos, líderes cívicos e jornalistas.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
XI. Jogo duro constitucional (Constitutional Hardball)*	O jogo duro constitucional consiste na exploração, por atores políticos, de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários violando normas preestabelecidas e forçando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra. (Tushnet 2004, Levitsky e Ziblath 2018).	Uso excessivo de medidas executivas e infra-legais para governar, ignorando o Congresso.
		Emissão de normas e decretos que contradizem a Constituição.
		Não conformidade com as normas não escritas que servem para respeitar a separação dos poderes do Estado.
XII. Abuso de poder	Abuso de poder ocorre quando os atores políticos se aproveitam de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica e/ou atuando contrariamente ao interesse público e à finalidade pública (Sankowsky, 1995).	Interferência política em portarias das Forças Armadas que violam leis e/ou a Constituição
		Interferência política na administração pública com nomeações e demissões de servidores públicos para favorecer interesses privados.
		Interferência política em nomeações de universidades públicas, centros de pesquisa e conselhos participativos para impor censura.
		Interferência política nos procedimentos e nomeações de cargos de liderança da aplicação da lei e de outras agências públicas independentes, visando proteger interesses privados.
* Mesmo que a maioria das táticas usadas nas categorias “jogo duro constitucional” e “abuso de poder” não sejam infringidas diretamente contra os agentes do espaço cívico, essas táticas diminuem a transparência, podem minar a separação de poderes e os freios e contrapesos que poderiam impedir que as táticas descritas nas outras categorias fossem implementadas.		
Fontes para as táticas: entrevistas em off com líderes cívicos; Buyse 2018; Civicus 2017, 2018, 2019; ICNL; Levitsky and Ziblath 2018; OHCHR; Rutzen, 2015; WEF 2017; World Movement for Democracy.		

A Tabela 1 apresenta uma tipologia com doze estratégias e 73 táticas e ações. Este quadro conceitual preliminar visa contribuir para um melhor mapeamento e compreensão do fechamento do espaço cívico. A tipologia foi criada com base em uma revisão da literatura existente, combinada com entrevistas com líderes dos setores público, privado e sem fins lucrativos. Notou-se que muitas das estratégias legais adotadas com o propósito expresso de limitar o espaço da sociedade civil estão razoavelmente bem documentadas. Mas, por outro lado, embora as estratégias extralegais e ilegais sejam amplamente reconhecidas, geralmente são pouco investigadas e mais difíceis de rastrear

e comprovar. Um panorama preocupante emerge quando as estratégias e táticas legais, extralegais e ilegais que estão sendo implantadas para restringir o espaço cívico são vistas juntas.

A tipologia pode não ser aplicada a todos os ambientes que experimentam o fechamento do espaço cívico. Dito isso, a Tabela 1 pode servir como uma das muitas ferramentas para ajudar a identificar e rastrear uma série de ameaças ao espaço cívico desde o estágio inicial. É importante enfatizar que, em muitos contextos, ações legais, ilegais e extralegais são realizadas simultaneamente. Em outros casos, podem ocorrer em momentos diferentes e

acarretar diferentes níveis de intensidade. Com frequência, há uma ampla gama de atores — estatais e não estatais — que estão envolvidos em sua perpetração. E, finalmente, as maneiras como o espaço cívico é afetado podem variar ao longo do tempo, uma vez que ele é, afinal, um alvo em movimento.³⁵

O caso do Brasil³⁶

O Brasil oferece um caso de teste para a tipologia apresentada acima. Por um lado, é um país que experimentou fortes ataques à sociedade civil ao longo do último meio século, nomeadamente durante o período da ditadura entre 1964 e 1985. Mais recentemente, na esteira da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, há sinais claros de um retrocesso acelerado das proteções e direitos dos grupos da sociedade civil. A diferença hoje é que o Brasil é uma democracia constitucional. Jair Bolsonaro foi eleito com 55% dos votos no segundo turno em um ambiente altamente carregado e polarizado. Mais de 31% do eleitorado se absteve ou anulou seu voto — e isso em um país onde o voto é obrigatório.

No período após a ditadura, o espaço cívico no Brasil se expandiu enormemente. As interações entre organizações da sociedade civil (OSCs) e universidades com os governos se tornaram a norma, e o fortalecimento da mídia independente aumentou a transparência governamental. Embora seja possível identificar tentativas de governos específicos para cooptar, intimidar ou restringir certos direitos de diferentes grupos, os freios e contrapesos foram fortalecidos e as reações da sociedade civil permitiram um exercício vibrante de direitos e liberdades democráticas na maioria das vezes. Ainda havia muito progresso a ser feito, mas OSCs e universidades compartilharam conhecimentos e participaram do desenho, monitoramento

e, por vezes, da implementação de políticas públicas baseadas em dados e evidências.³⁷

A participação por meio de diferentes canais permitiu a inclusão das perspectivas dos grupos minoritários na formulação de políticas. E a imprensa foi, na maioria das vezes, uma voz confiável que exerceu pressão e exigiu respostas governamentais. Essa realidade mudou abruptamente desde o primeiro dia do governo Jair Bolsonaro, que deliberadamente optou por cortar vínculos com vários grupos e setores da sociedade que não têm um alinhamento total ou parcial com as propostas e valores do seu governo.

Porém, a transição democrática no Brasil foi incompleta. A transição foi negociada entre poderes civis e militares com a garantia de amplas anistias, com pouco ou nenhum reconhecimento das atrocidades cometidas durante o governo autoritário e com retribuição tardia e limitada às vítimas e familiares, trazida por uma Comissão Nacional da Verdade em 2011.³⁸ E ao contrário de outros países que também viveram longos períodos de regime militar na América Latina, o fim da ditadura no país não significou um rompimento total com a influência das Forças Armadas na vida social e política do país.

O artigo 142, *caput* da Constituição Federal estabelece que, além de proteger a soberania do país, os militares também podem ser chamados para assegurar a lei e a ordem por qualquer um dos três poderes republicanos. Atualmente, ele tem gerado um debate acalorado sobre sua interpretação por segmentos com traços autoritários do governo e da sociedade. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, com estrutura marcadamente militarizada e onde representantes de alto escalão do Exército, Força Aérea e Marinha compõem o gabinete ministerial, é outro indicativo da influência militar. Verdade seja dita, no Brasil, a convivência com traços de autoritarismo e o crescente apoio nostálgico à ditadura já existiam antes de 2018.

No entanto, desde os preparativos para aquela eleição presidencial, a campanha de Jair Bolsonaro divulgou sua intenção de reprimir uma ampla gama de grupos cívicos. Antes e depois da posse, o presidente tinha como alvo adversários políticos, a mídia independente, o Judiciário e até mesmo a memória histórica da época da ditadura do país.³⁹ Especificamente, ele chamou de “revolução” o golpe militar de 1964 que instalou uma ditadura e, rotineiramente, elogiou os torturadores do período.⁴⁰ Levantamento de julho de 2020 identificou que 6.157 militares ocupam cargos civis na atual administração.⁴¹ A quantidade é duas vezes maior que o já alto número de 2018, na presidência de Michel Temer, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e mais alta que o número combinado de militares em posições civis durante os 20 anos da ditadura.⁴² No período analisado, oito cargos do gabinete presidencial eram ocupados por militares da reserva e da ativa, além da vice-presidência.

O presidente tem seguido, diligentemente, o manual de outros governos de extrema direita pelo mundo. Ao longo de sua carreira política e, mais importante, também durante sua presidência, mulheres e minorias, incluindo grupos LGBTQI+ e indígenas estão entre os seus alvos. Jair Bolsonaro foi processado e condenado por “danos morais” por, em 2014, dizer à deputada Maria do Rosário que nunca a estupraria, pois ela não merecia.⁴³ Desde que era deputado, tanto ele quanto alguns de seus filhos são seguidores ativos e multiplicadores da propaganda e dos métodos de organização da Associação Nacional de Rifles dos EUA (*National Rifle Association*) no Brasil. O atual presidente foi dos mais proeminentes representantes do *lobby* das armas no Congresso.⁴⁴ Além disso, seu discurso defende dar mais margem de manobra aos policiais para implantar força letal, isso em um país com mais de 5.800 homicídios policiais em 2019.⁴⁵

Imediatamente após assumir o cargo em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro começou o **jogo duro constitucional**. Ele e sua equipe emitiram e revogaram, literalmente, centenas de decretos e normas a fim de apaziguar sua base de conservadores linha-dura, evangélicos, elite financeira, e testar as reações do Congresso, do Judiciário e da opinião pública.⁴⁶ Em uma tentativa de dismantelar os regulamentos existentes sobre armas de fogo, o Executivo federal emitiu dez decretos em 2019, muitos deles considerados ilegais.⁴⁷ É importante destacar que enquanto não são revertidos pelo Congresso ou pelos tribunais, decretos ilegais ficam em vigor. Isso cria insegurança jurídica e pode beneficiar grupos de lobby que são, em geral, aliados próximos do governo. Esse é claramente o caso dos decretos sobre armas. O grande número de novas normas também torna mais difícil avaliar sua legalidade e contestar as ilegalidades. Algumas das mudanças e suas consequências ainda não foram detectadas e compreendidas. No entanto, o número de novos registros de armas e munições compradas disparou desde 2019.⁴⁸

Nos primeiros meses da presidência, foram registradas intervenções nas indicações ministeriais para conselhos voluntários de políticas públicas.⁴⁹ Jair Bolsonaro foi o primeiro presidente desde a transição democrática do Brasil a nomear um procurador-geral que não estava na lista tríplice indicada pelo Ministério Público.⁵⁰ Adicionalmente, há uma hipótese de que o presidente brasileiro esteja usando seu poder para prevenir que assuntos pessoais e familiares sejam investigados, o que constituiria **abuso de poder**. Por exemplo, ele demitiu ministros e secretários que contrariaram seus pontos de vista ou prejudicaram seus interesses.⁵¹ Por exemplo, Sérgio Moro, então ministro da Justiça e Segurança Pública, deixou o cargo ao alegar que a vontade do presidente Bolsonaro de interferir na Polícia Federal para proteger sua família e amigos das investigações em curso era contra seus

princípios.⁵² O chefe da Polícia Federal do Rio de Janeiro que detinha a responsabilidade de investigar as suspeitas de acusações de lavagem de dinheiro contra um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro, também foi substituído.⁵³ Em agosto de 2020, a estrutura da Agência de Inteligência do Brasil (ABIN) e foi criado um Centro Nacional de Inteligência. Há o receio de que o Centro possa funcionar paralelamente à ABIN, e tenha o potencial de interferir na investigação de seus aliados ou ser usado para investigar indevidamente supostos inimigos do presidente.⁵⁴

Outro caso polêmico e ilustrativo foi a demissão do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante a crise da Covid-19 no Brasil, por contrariar o presidente ao priorizar o isolamento social na contenção da pandemia no país.⁵⁵ Seu sucessor, Nelson Teich, também saiu devido à recusa de incluir uma norma para a prescrição do medicamento cloroquina, sem respaldo científico, no tratamento de todos os pacientes infectados pelo vírus no Brasil.⁵⁶ O general Eduardo Pazuelo, sem experiência relevante na área, assumiu a pasta da Saúde e trouxe um número relevante de militares para ocupar cargos importantes.⁵⁷ Essas medidas não apenas enfraquecem as funções independentes do serviço público, mas também podem abalar instituições-chave, inclusive prejudicando a adoção de conhecimentos técnicos e a qualidade da prestação do serviço público.

Algumas das ações mais agressivas do Chefe do Executivo Federal foram lançadas contra grupos da sociedade civil, a maioria dos quais ele considera hostis às agendas de seu governo. O gabinete presidencial propôs decretos para aumentar a “supervisão” e o “controle” sobre as OSCs e organizações internacionais, bem como restrições para enfraquecer a Lei de Acesso à Informação do país.⁵⁸ ⁵⁹ Embora grupos da sociedade civil venham resistindo e o Congresso e o Supremo Tribunal Federal tenham rejeitado muitas

propostas inconstitucionais, esses e outros esforços estão ajudando a minar a sociedade civil e gerar confusão entre servidores públicos e legisladores.

Essas ações refletem, na melhor das hipóteses, uma ignorância sobre e, na pior, um desprezo pelos direitos democráticos como a liberdade de expressão, associação e reunião. No entanto, elas são apenas a ponta do iceberg. O Executivo federal também procurou **restringir drasticamente a participação** de organizações cívicas em consultas ou envolvimento com o governo. Por exemplo, logo após o início do mandato, dezenas de conselhos participativos, instituídos desde a década de 1980 justamente para aumentar o espaço cívico, foram fechados.⁶⁰

Entre os espaços mais afetados estão as comissões que contaram com a participação de populações indígenas e grupos de defesa do meio ambiente. Por exemplo, em fevereiro de 2020, um decreto excluiu a participação de representantes indígenas e outros movimentos sociais da Comissão Nacional de Biodiversidade.⁶¹ Outro decreto acabou com cargos destinados à sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente.⁶² Em julho de 2020, um novo regimento interno restringiu a participação da sociedade civil na Comissão Executiva de Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.⁶³ Entrevistas em *off* com servidores públicos sêniores mostram que ministros e representantes públicos foram exortados a não buscar contribuições ou trabalhar com grupos cívicos que não estejam alinhados com a plataforma do presidente em várias áreas-chave. Essas restrições potencialmente degradam o desenho e a implementação de políticas públicas baseadas em evidências e diminuem a transparência do governo.

Ainda mais preocupante, desde o início do governo Bolsonaro o uso de estratégias de **assédio e intimidação** para restringir

o debate cívico e a oposição é frequente. O chamado pela imprensa de “gabinete do ódio” seria responsável por campanhas contra adversários políticos e atores cívicos por vezes operadas por assessores mais próximos e até por filhos do presidente.⁶⁴ Os alvos incluem mulheres jornalistas, cientistas, artistas, ativistas e defensores dos direitos humanos, bem como líderes de grupos indígenas. Mensagens difamatórias e de ódio são entregues através dos canais oficiais de mídia social — especialmente Facebook, Twitter, Youtube e WhatsApp — do presidente e de aliados. Essas estratégias são amplificadas com o uso de *bots*, perfis falsos e a mobilização de uma leal guerrilha digital que foi crucial para a eleição do presidente.⁶⁵ Já em 30 de outubro de 2018, apoiadores do recém-eleito presidente foram convocados em grupos do WhatsApp para boicotar jornalistas, celebridades e intelectuais que se manifestaram contra sua candidatura.⁶⁶ Na lista estão mais de 700 nomes, entre eles a cantora Anitta, as atrizes Camila Pitanga e Patrícia Pillar, o médico Dráuzio Varella, os apresentadores Zeca Camargo e Fernanda Lima, os atores Wagner Moura e Alexandre Nero, os cantores Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e tantos outros, que expressaram publicamente seu desacordo sobre seu programa.

O propósito dessa estratégia extralegal é desmantelar a credibilidade e reputação pessoal e institucional dos atores cívicos e encorajar alguns grupos a se autocensurar por medo de serem alvos. Ademais, também podem gerar consequências concretas no mundo real, não só no virtual. As campanhas digitais difamatórias alimentaram ameaças de morte contra jornalistas importantes. Por exemplo, a respeitada Miriam Leitão teve sua participação em uma feira literária de Jaguará do Sul cancelada devido a ameaças.⁶⁷ Mensagens de ódio disparadas por apoiadores do presidente teriam alimentado um ataque terrorista à sede do popular grupo de comédia “Porta dos Fundos”.⁶⁸ A realidade é que muitos casos não são relatados ou divulgados publicamente e podem incitar atos de **violência física** perpetrada por atores não estatais e

partidários radicais do governo de extrema direita. Um triste exemplo foi o assassinato do mestre de capoeira e defensor de direitos de pessoas negras, Mestre Moa do Katendê, esfaqueado 12 vezes após afirmar que não apoiaria o “candidato da extrema direita Bolsonaro” à presidência durante a campanha eleitoral em 2018.⁶⁹

Um alvo importante do governo Bolsonaro é a mídia independente.⁷⁰ Segundo o Repórteres sem Fronteiras, sua família, incluindo o presidente e seus três filhos, Carlos, Eduardo e Flávio, promoveu 174 ataques contra a imprensa no segundo trimestre de 2020.⁷¹ Os ataques à mídia são comuns desde o início do seu mandato. Por exemplo, o presidente decidiu cancelar todas as assinaturas do governo ao respeitado jornal Folha de São Paulo, mas a ordem foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal.⁷² A perseguição tem como alvo também jornalistas da Folha, incluindo Patrícia Campos Mello, por seus artigos sobre o uso maciço de *fake news* pelo governo. Ela foi vítima de ataques misóginos recorrentes pelo clã Bolsonaro e por veículos de imprensa que o apoiam.⁷³ Na prática, esse tipo de ataque tem sido um lugar-comum, o que levou o presidente a ser denunciado no Conselho de Direitos Humanos da ONU por 13 organizações.⁷⁴ Além disso, empresas privadas foram ameaçadas com boicotes se continuassem a anunciar no jornal.⁷⁵ As Organizações Globo, o maior grupo de mídia do país, também foram alvo de campanha agressiva e tiveram suas reportagens descritas como “notícias falsas”. O chefe do Executivo ameaçou publicamente cancelar a concessão da TV, que deve ser renovada em 2021.⁷⁶

Jornalistas internacionais que submeteram o novo governo a escrutínio também foram perseguidos. Ao longo de 2019, por exemplo, o jornalista do Intercept Glenn Greenwald denunciou que o ministro da Justiça, Sergio Moro, teria sido implicado em improbidade durante o curso da Operação Lava Jato.⁷⁷ A despeito dos variados esforços do presidente e seus aliados para investigar Greenwald, a Polícia Federal e, posteriormente, os tribunais determinaram que Greenwald não fosse

investigado.⁷⁸ Em janeiro de 2020, Greenwald foi formalmente indiciado sem ter sido investigado.⁷⁹ Esse episódio é o primeiro caso “legal” envolvendo a acusação de um jornalista através de claras demonstrações de **abuso de poder, intimidação e assédio**.

O setor de educação também foi perseguido, inclusive por meio de **censura aberta e disfarçada**. Especificamente, as escolas públicas e universidades estão enfrentando reclamações contra professores que supostamente promovem ideologia de gênero, ideias de esquerda ou que são críticos do governo.⁸⁰ Alunos foram incentivados por autoridades governamentais e seus apoiadores a registrar e denunciar docentes.⁸¹ Uma linha direta para receber denúncias contra professores que desrespeitam “a ética moral, religiosa e familiar” chegou a ser anunciada no início de 2020 pela ministra ultraconservadora dos direitos humanos, Damara Alves.⁸² No final de 2019, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusou as universidades públicas de serem tomadas por drogas, sem fornecer qualquer evidência disso.⁸³ Enquanto isso, um novo decreto permitindo que o Ministério da Educação elaborasse novos conteúdos para os livros didáticos foi emitido, apesar de tais processos anteriormente serem decididos por licitações públicas.⁸⁴

Desde o início do novo governo, obstáculos têm sido criados para limitar o acesso à informação pública. Essa ferramenta é fundamental para o monitoramento e avaliação das políticas públicas. Ela permite que a mídia e grupos cívicos responsabilizem os governos, fortalecendo as estratégias e tornando-as mais plurais, inclusivas e eficazes. Pelo menos 13 medidas foram tomadas para negar ou dificultar o acesso à informação. Entre as mais polêmicas estão as tentativas de mudanças na Lei de Acesso à Informação, permitindo que instituições públicas classifiquem dados como sigilosos, e as tentativas de disfarçar os números reais relacionados a pessoas infectadas durante a

pandemia da Covid-19 e de desmatamento na Floresta Amazônica e a exclusão das mortes causadas por policiais do relatório do governo sobre direitos humanos.⁸⁵ Essas tentativas foram posteriormente suspensas por decisões do Judiciário e do Congresso.⁸⁶

Além do mais, o governo iniciou uma guerra cultural. A agenda cultural do país vem sendo moldada por uma visão profundamente religiosa-conservadora. O Ministério da Cultura foi extinto e algumas de suas funções transferidas para uma secretaria especial do Ministério do Turismo.⁸⁷ Houve cortes no financiamento para projetos de artistas supostamente de esquerda, no apoio para filmes e rádios, principalmente aqueles que representavam minorias ou com conteúdo relacionado a gênero. Um edital de filmes sobre questões relacionadas a grupos LGBTQI+ foi cancelado e só foi reaberto depois que uma decisão judicial determinou que se tratava de **censura**.⁸⁸ De forma alarmante, em janeiro de 2020, o ex-secretário especial da cultura, Roberto Alvim, divulgou um vídeo oficial reproduzindo o discurso e a estética da propaganda nazista, interpretando um discurso do ex-ministro Joseph Goebbels.⁸⁹ Após protestos públicos, Alvim foi demitido. Na época, comentaristas brasileiros lembraram comentários de Bolsonaro sobre o regime nazista.⁹⁰

A atual administração e seus apoiadores também promoveram **campanhas de fake news e desinformação** — uma tática comum de líderes autoritários por todo o mundo — contra a comunidade científica do país, especialmente aqueles envolvidos em direitos humanos, questões ambientais e relacionadas à Covid-19. Embora o maquinário que supostamente coordena as notícias falsas — conhecido como “gabinete do ódio” — não seja oficial ou tenha rubrica no orçamento federal, há suspeitas de que seu trabalho, difundir o ódio e desinformação, seja subsidiado com dinheiro dos contribuintes, por meio de salários e contratos de serviços de comunicação.⁹¹ Essas estratégias teriam sido difundidas antes, durante e depois da campanha eleitoral de 2018, principalmente por

meio de grupos do WhatsApp. Quatro inquéritos no Tribunal Superior Eleitoral estão investigando o uso de campanhas de desinformação e difamação durante as eleições de 2018, que teriam sido financiadas por líderes empresariais que apoiaram a campanha do presidente Jair Bolsonaro.⁹²

Personificação de como essas estratégias funcionam, o renomado cientista Ricardo Galvão foi demitido do cargo de diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais (INPE) após divulgar dados sobre o desmatamento desenfreado na Amazônia.⁹³ Sem oferecer qualquer prova, o governo puniu publicamente Galvão, alegando que ele mentia e era financiado por uma ONG com interesses em recursos florestais. Foram retomadas antigas preocupações brasileiras acerca de uma “interferência estrangeira” na Amazônia.⁹⁴ Enquanto isso, a falta de investimentos e os ataques à comunidade científica do país continuaram contribuindo para níveis recordes de fuga de cérebros.⁹⁵ Como concluiu o Global Public Policy Institute, a liberdade acadêmica está ameaçada no Brasil, especialmente a autonomia didática e científica nas universidades públicas.⁹⁶ Táticas semelhantes são dirigidas contra uma ampla gama de OSCs e ONGs internacionais, especialmente aquelas envolvidas na conservação e proteção do meio ambiente. Por exemplo, o Greenpeace foi injustamente acusado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de estar por trás de um grande vazamento de óleo na costa do Brasil.⁹⁷

Em um caso claro de **violação de direitos civis**, investigações foram iniciadas contra a ONG Saúde Alegria e seus bombeiros voluntários que atuam em Alter do Chão, município do estado do Pará.⁹⁸ Os escritórios da ONG foram invadidos e quatro voluntários foram presos, forçados a desfilar diante das câmeras com a cabeça raspada. Eles só foram libertados após passar quatro dias detidos. Da mesma forma, Jair Bolsonaro fez acusações infundadas de que ONGs estariam incendiando a Amazônia, apoiadas por doadores célebres como Leonardo DiCaprio.⁹⁹ As autoridades brasileiras têm sido

amplamente criticadas e condenadas por vários governos europeus, em particular, e por grupos de direitos humanos em todo o mundo por sua postura hostil à sociedade civil.¹⁰⁰

Não é simples determinar com precisão até que ponto diferentes instâncias do governo estão ou não fazendo uso da vigilância abusiva contra oponentes, o que poderia constituir **violação de privacidade**. No entanto, a existência de escutas ilegais, bem como o uso de “dossiês privados” para chantagear e ameaçar oponentes, veio à tona em várias entrevistas para este artigo. Isso sem falar na existência de listas de pessoas sob vigilância, nas quais o aparato do Estado tem sido utilizado para monitorar, coagir e censurar cidadãos. Conforme confirmado pelo próprio Ministro da Justiça, André Mendonça, professores e policiais que se posicionam como antifascistas foram listados e analisados.¹⁰¹ Essa prática que foi posteriormente proibida pelo STF.¹⁰² O governo nomeou um agente de inteligência para coordenar as relações governamentais com ONGs.¹⁰³ Por ser agente de inteligência, sua identidade não poderia ser revelada, o que preocupou representantes da sociedade civil. Alguns meses depois, a Justiça Federal em São Paulo suspendeu essa decisão.¹⁰⁴

Em setembro de 2020, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, que deixou o governo por desentendimentos com o presidente devido a sua má gestão da crise da Covid-19, afirmou que teve a impressão de estar sendo seguido por agentes de inteligência enquanto ainda era ministro. Ele sugeriu que o seu então chefe parecia saber que ele havia ido a uma padaria com a esposa em determinado dia e posteriormente, para constranger o ministro, foi ele próprio àquela padaria específica que ficava bem longe do Planalto.¹⁰⁵

Outro indicador sobre até que ponto o atual governo buscou **restringir os direitos políticos** foram as ameaças verbais dos filhos do presidente, ecoadas até pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de reeditar

o Ato Institucional número 5, ou AI-5.^{106 107} O AI-5 foi um decreto da era da ditadura que institucionalizou práticas como tortura, repressão e censura. Deu ao chefe de Estado poderes virtualmente ilimitados, incluindo fechar o Congresso, *impeachment* de políticos e suspender o direito de *habeas corpus* para presos políticos. O Artigo 4 do AI-5 foi o mais violento, permitindo ao presidente suspender os direitos dos cidadãos por até 10 anos e realizar o *impeachment* de funcionários eleitos em todos os níveis de governo. De fato, houve episódios de policiais entrando em reuniões de sindicatos de professores e escritórios de partidos políticos opostos para questionar e intimidar os participantes.¹⁰⁸ Ocorreu também que legislação executiva específica, na forma de decretos, possibilitou o uso da Força Nacional — formada por policiais de diversos estados do Brasil —, para conter protestos e manifestações públicas, como a Marcha das Mulheres Indígenas.¹⁰⁹ Desde então, Jair Bolsonaro sugeriu que poderia usar uma força de segurança “federal” contra manifestantes. Não está claro se ele se referiu às Forças Armadas, como ocorreu na Bolívia, Chile e Equador ou à Força Nacional.¹¹⁰

Também é provável que a retórica extremista da administração do presidente Bolsonaro e os discursos de ódio estejam exacerbando as já gravíssimas **violações dos direitos humanos, incluindo a violência física**. Além disso, ele se absteve de se manifestar, dissuadir ou responder a uma série de graves violações dos direitos humanos. Há a percepção por alguns grupos de que a retórica agressiva possa ter sido interpretada por proprietários rurais e grileiros como uma licença para o aumento na violência perpetrada contra populações indígenas, defensores ambientais, jornalistas e populações vulneráveis em toda a Amazônia, entre outros lugares.¹¹¹ Relatos de ameaças, invasões de terras e violência física cometida contra grupos indígenas estão crescendo.¹¹² Por exemplo, em 2019, Paulo Paulino Guajajara — um líder indígena que protegia o território de seu grupo de madeireiros ilegais no Maranhão — foi assassinado.¹¹³ Como o governo desmantelou sistematicamente as agências de proteção

ambiental e de grupos indígenas, há capacidade bastante limitada para proteger os grupos nativos e suas terras.¹¹⁴

A retórica do governo de enfrentar o crime com um “punho de ferro” também parece estar incitando a violência policial.¹¹⁵ Uma agenda importante tem sido limitar os controles sobre o uso de força letal por policiais estaduais. Por exemplo, um dos filhos eleitos do presidente, Flávio Bolsonaro, atualmente sob investigação criminal, apresentou um projeto de lei para tratar os suspeitos que “se recusem a negociar ou se render” como suicídio.¹¹⁶ A ideia era “demonstrar que [ele / ela] aceita ou assume o risco de que a situação se resolva com a sua própria morte”. O presidente também prometeu proteger legalmente policiais presos “devido à pressão da mídia” e tem sido favorável a greves ilegais e intimidações lideradas por corporações policiais em diferentes estados, que desafiam a autoridade dos governadores estaduais.¹¹⁷ Em um país onde os níveis de impunidade e violência de agentes do Estado já estão entre os mais altos do mundo, essas ações podem ser interpretadas como uma licença para matar concedida à polícia.¹¹⁸

O Brasil também está “internacionalizando” sua cruzada para fechar o espaço cívico com graves danos à política externa do país. O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, nega as mudanças climáticas, promove propaganda anti-LGBTQI+, condena “ideologia de gênero” e faz campanha contra artistas que possuem visões contrárias à sua administração. No processo, está degradando a reputação do corpo diplomático brasileiro.¹¹⁹ Em paralelo, o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, se aproximou do estrategista norte-americano Steve Bannon para avançar a agenda ultraconservadora. O primeiro encontro do “Movimento” na América Latina foi organizado por Eduardo Bolsonaro em São Paulo no final de 2019. O governo brasileiro tem se posicionado ao lado de governos ultraconservadores, como os da Arábia Saudita, Iraque e Paquistão contra provisões para educação sexual e direitos reprodutivos das mulheres no Conselho de Direitos Humanos

das Nações Unidas.¹²⁰ Seis Ministros das Relações Exteriores de administrações anteriores denunciaram a política externa bolsonarista como sendo vergonhosa e inconstitucional.¹²¹

Organizando a reação

O caso brasileiro revela uma rede complexa de estratégias legais, ilegais e extralegais usadas por parte da administração do presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus apoiadores mais radicais para suprimir o engajamento cívico e a participação da sociedade no debate sobre, e no monitoramento de políticas públicas. Embora os meios variem em escopo e escala, o objetivo final parece ser o mesmo de outros governos populistas e autoritários: minar a transparência, restringir liberdades de expressão, manifestação e de imprensa, disseminar ansiedade e medo e até intimidar e incitar violência contra oponentes. Toda a sociedade perde quando o espaço cívico é fechado. A supressão da mídia independente mina o debate democrático. A censura de jornalistas, artistas e professores sufoca o pensamento crítico. O encerramento dos canais de participação pública degrada as políticas públicas, e a retórica de ódio contra todos os grupos que se opõem aos pontos de vista do governo pode incitar a violência e fragilizar o Estado Democrático de Direito.

Este estudo preliminar identificou algumas estratégias possíveis que poderiam ser testadas para recuperar o espaço cívico brasileiro e em outros lugares que enfrentam desafios semelhantes.

- I. Fortalecer e ampliar coalizões para a defesa do bem público e políticas públicas informadas, incluindo o setor privado. Os esforços para limitar os ataques ao espaço

cívico exigirão a ampliação e o fortalecimento da ação cívica e de coalizões para defender os bens públicos e as políticas públicas baseadas em evidências. Isso não se limita a OSCs nacionais e outras entidades sem fins lucrativos. Tampouco se limita a fortalecer as universidades e a mídia independente, embora isso seja crucial. Também é essencial coalizões que tragam o setor privado para o lado da sociedade civil e que possam aumentar os custos do comportamento inapropriado e antidemocrático. Exemplos de coalizões intersetoriais incluem *Business for Nature*, *UN Global Compact*, o *World Business Council for Sustainable Development*, a Coalizão Clima, Florestas e Agricultura no Brasil.

- II. Fomentar a ação cívica, proteger e apoiar os atores da sociedade civil. A resposta da sociedade para a repressão ao espaço cívico deve ser encorajar e apoiar mais ação cívica e engajamento. Em muitos países que enfrentam ameaças ao espaço cívico, a sociedade civil não conta com um apoio institucional e filantrópico forte e de longo prazo. Muitas vezes, as OSCs dependem de fundos internacionais para operar, o que acaba por ser conveniente ao discurso autoritário de “agentes estrangeiros”. Muitos grupos operam por sua própria conta e risco, enquanto tentam atrair apoiadores e parcerias. Há um papel mais importante a ser desempenhado por indivíduos, fundações, filantropos e investidores de impacto social preocupados em falar e aumentar o apoio a grupos da sociedade civil que promovem causas sociais vitais.

- III. Participar do debate sobre o papel que a Internet e as novas tecnologias devem desempenhar na promoção do jogo democrático ético. Mídias sociais justas e com *fact-checking* são cruciais para lutar contra o fechamento do espaço cívico. A desinformação, o discurso de ódio e a interferência interna e externa nas eleições democráticas estão aprofundando as hostilidades, o ressentimento e a polarização *on-line* e *off-line*. É essencial a expansão do envolvimento das plataformas de tecnologia na prevenção de notícias falsas, propaganda política ilegal e conteúdo tóxico. Algumas empresas como Twitter e Google estão tomando medidas, embora ainda não estejam fazendo o suficiente.¹²²
¹²³ Outros, como o Facebook e o Youtube, estão ainda mais atrás. É necessário um debate sobre a melhor forma de equilibrar o direito individual à liberdade de expressão e outros direitos individuais e coletivos. Também é necessário um investimento robusto em educação digital e promoção do debate civilizado no mundo digital.
- IV. Apontar o dedo: redobrar as parcerias com a mídia independente nacional e internacional e a comunidade internacional. Embora não seja tão eficaz quanto no passado, nomear e envergonhar publicamente ainda pode ajudar a trazer a má-fé à tona, especialmente se feito em coordenação por atores nacionais e internacionais. Há uma tendência de governos se esquivarem de criticar ou nomear publicamente as formas de intervenção legais (e mesmo extralegais). Este é especialmente o caso nos fóruns da ONU, onde a interferência nos assuntos internos ainda é considerada um desrespeito à soberania. Uma maneira de resistir aos esforços para restringir o espaço cívico é por meio de coalizões de governos — bem como redes de associações de mídia independentes e organizações internacionais e filantrópicas. O objetivo é mobilizar a opinião pública e aumentar os custos para os governos que aplicam medidas legais e extrajudiciais para restringir a atuação da sociedade civil, uma vez que as restrições à sociedade civil são prejudiciais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.¹²⁴
- V. Construir pontes e trabalhar entre setores e disciplinas, divisões geográficas e políticas. A verdade é que amplas alianças globais, nacionais e locais são necessárias para evitar que o espaço cívico se feche e para criar novas aberturas. Isso exigirá trabalhar entre divisões políticas e silos disciplinares. Também exigirá narrativas mais inteligentes no âmbito político. Não é verdade, como argumenta a extrema direita, que os direitos humanos sejam um obstáculo à lei e à ordem, muito menos ao desenvolvimento. Os atores cívicos precisarão aprimorar a defesa sobre o valor inerente e instrumental dos direitos humanos. Isso exigirá a capacidade de superar as diferenças e encontrar uma causa comum em um espaço cívico aberto, vivo e democrático.

Notas de Fim

- 1 Ver: Institute of Development Studies (IDS), “What Does Closing Civic Space Mean for Development? A Literature review and Proposed Conceptual Framework”, IDS Working Paper, julho de 2018, disponível em: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/13962/Wp515_Online.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Para uma análise das tentativas de fechamento do espaço cívico no ambiente digital, ver o website: “Open democracy”, disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/tagged/closing-space-for-civil-society/>. Ver também: Chris Stone, “Why the Space for Civic Engagement is Shrinking”, Open Society Foundations, 21 de dezembro de 2015, disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/voices/why-space-civic-engagement-shrinking>.
- 2 Saskia Brechenmacher, “Opening Government, Closing Civic Space: Resolving the Paradox”, Carnegie Endowment for International Peace, 18 de junho de 2019, disponível em: <https://carnegieendowment.org/2019/06/18/opening-government-closing-civic-space-resolving-paradox-pub-79321>.
- 3 Ver: “Center for Strategic & International Studies”, Washington, disponível em: <https://www.csis.org/programs/human-rights-initiative/closing-civic-space>.
- 4 Ver: “CIVICUS Monitor: Tracking Civic Space”, New York, disponível em: <https://www.civicus.org/index.php/what-we-do/innovate/civicus-monitor>.
- 5 Global Dialogue, “Go big or?: Trends in Closing Space grant-making”, 2018, disponível em: http://global-dialogue.eu/wp-content/uploads/2018/12/FICS-State-of-funding-2018_lowres.pdf.
- 6 Susan Dodsworth, “Time to Stop Talking About Closing Space for Civil Society?”, Civic Space Watch, 5 de fevereiro de 2018, disponível em: <https://civicspacewatch.eu/time-to-stop-talking-about-closing-space-for-civil-society/>.
- 7 Ver: UN Human Rights Council. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/CivicSpace/Pages/ProtectingCivicSpace.aspx>.
- 8 Michael Jarvis, “Retire the Phrase ‘Closing Civic Space’ – A New Year’s Resolution (or Wish)”, Transparency & Accountability Initiative, 14 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.transparency-initiative.org/blog/4240/retire-the-phrase-closing-civic-space-a-new-years-resolution-or-wish/>.
- 9 Antoine Buyse, “Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, The International Journal of Human Rights 22, no. 8, (Taylor & Francis Online 2018), 966-988, disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642987.2018.1492916>.
- 10 Ibid.
- 11 Jurgen Habermas, (1962 translated 1989) “The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society”, Polity, Cambridge. ISBN 0-7456-0274-6.
- 12 Scott Chaplowe and Ruth Bamela Engo-Tjega, (2007) “Civil Society Organizations and Evaluation”. World of Practice, 13 (2): 257-274.
- 13 Ver: Dom Phillips, “The playbook is the American alt right: Bolsonaroistas follow familiar extremist tactics”, The Guardian, 27 de janeiro de 2020, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jan/27/american-alt-right-playbook-bolsonaro-extremist-tactics-brazil>.
- 14 Antoine Buyse, “Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, The International Journal of Human Rights 22, no. 8, (Taylor & Francis Online 2018), 966-988, disponível em: <https://jia.sipa.columbia.edu/take-back-future-global-feminisms-and-coming-crisis-beijing-settlement>.
- 15 Chris van der Borgh and Carolijn Terwindt, “Shrinking Operational Space of NGOs - a framework of analysis”, Development in Practice 22, no. 8 (2012): 1065-1081. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09614524.2012.714745>.
- 16 Em um Estado Democrático de Direito, o respeito pelas liberdades civis, direitos humanos e liberdades fundamentais são obrigações do Estado. Assim, autoridades políticas estão, elas próprias, sujeitas ao Estado de Direito. No primeiro artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988 é declarado que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, e através do texto as principais características desse sistema são destacadas: soberania popular; democracia representativa e participativa; Estado Constitucional, ou seja, com uma constituição que emana da vontade do povo; e um sistema de garantia dos direitos humanos. Ver: www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/ e Lucas Calaça, “O Estado Democrático de Direito à luz da Constituição Federal”, JusBrasil, disponível em: <https://lucascalaca71.jusbrasil.com.br/artigos/189932692/o-estado-democratico-de-direito-a-luz-da-constituicao-federal>.
- 17 Politique. “A história da democracia moderna em três partes”. Disponível em: <https://politique.org.br/a-historia-da-democracia-moderna-em-tres-partes/>.
- 18 Steven Pinker; Robert Muggah. “Is Liberal Democracy in Retreat?”, Project Syndicate, 30 de março de 2018. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/is-liberal-democracy-in-retreat-by-steven-pinker-and-robert-muggah-2018-03?barrier=accesspaylog>.
- 19 Samuel P. Huntington, A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX (1994) Editora Ática.
- 20 Francis Fukuyama (1989), “The End of History”, The National Interest, n. 16, Summer, p. 3-16.
- 21 Jay Ogilvy, “The forces driving democratic recession”, Forbes, 25 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/stratfor/2017/05/25/the-forces-driving-democratic-recession/#5aa8599e4db2>.
- 22 Anne Applebaum, “Creeping Authoritarianism has finally prevailed”, The Atlantic, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/04/hungary-coronavirus-just-excuse/609331/>
- 23 Jamil Chade, “Brasil perde status de democracia liberal perante o mundo”, El País, 5 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html>.

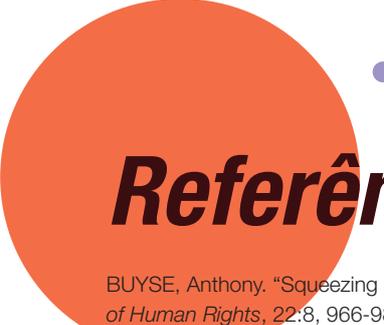
- 24 Carlos Pereira, “Bolsonaro: fato ou fake?” O Estado de S. Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-fato-ou-fake,70003333366>.
- 25 Ibid.
- 26 Ver: Bernadete Druzian, “Após desmonte de acampamento, bolsonaristas lançam fogos de artifício em direção ao Supremo”. Folha de S. Paulo, 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/apos-desmonte-de-acampamento-pro-bolsonaro-manifestantes-lancam-fogos-de-artificio-contr-o-stf.shtml>; Ilona, Szabó de Carvalho, “Democracia terminal”, Folha de S. Paulo, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ilona-szabo/2020/05/democracia-terminal.shtml>.
- 27 Douglas Rutzen, “Civil Society under Assault”, Journal of Democracy 22, no 4, (Baltimore, 2015): 28-39, disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1728134463/fulltextPDF/EE02032F06A44A9PQ/1?accountid=10226>. Ver também Antoine Buyse, “Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, The International Journal of Human Rights 22, no. 8, (Taylor & Francis Online 2018), 966-988, disponível em: <https://jia.sipa.columbia.edu/take-back-future-global-feminisms-and-coming-crisis-beijing-settlement>.
- 28 Sobre a xenofobia, racismo e misoginia no centro da política, ver: Federico Finchelstein. Bolsonaro é o líder populista que mais se aproximou do fascismo”, The Intercept. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Sobre o aumento de casos de violência contra populações indígenas, ver: Rafael Vilela, “Casos de violência contra indígenas aumentam 150% no primeiro ano de Bolsonaro”, Brasil de fato, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/30/casos-de-violencia-contr-indigenas-aumentam-150-no-primeiro-ano-de-bolsonaro>
- 29 Ver: Dom Phillips, “The playbook is the American alt right: Bolsonaroistas follow familiar extremist tactics”, The Guardian, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: www.theguardian.com/world/2020/jan/27/american-alt-right-playbook-bolsonaro-extremist-tactics-brazil.
- 30 Ver: por exemplo, Monitor Tracking Civic Space. Disponível em: <https://monitor.civicus.org/updates/2019/04/29/whistleblower-reveals-government-monitoring-journalists-and-activists-due-their-work/>; Zack Beauchamp, “Hungary just passed a ‘Stop Soros’ law that makes it illegal to help undocumented migrants”, Vox, 22 de junho de 2018; “Duterte himself banned Rappler reporter from Malacañang coverage” Rappler, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.rappler.com/nation/196474-duterte-orders-psg-stop-rappler-reporter-malacanang>.
- 31 Human Rights Watch (HRW), “World Report” (United States, 2019). Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf.
- 32 Samantha Bradshaw and Philip Howard (2019) “The Global Disinformation Order: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation”, Computational Propaganda Research Project. Oxford: Oxford University, Disponível em: <https://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>.
- 33 A definição de extralegal é algo não governado por leis, ou fora do escopo da lei.
- 34 Há um amplo debate se a democracia está de fato ameaçada no Brasil. Aqueles que defendem a posição de que a democracia não está ameaçada, em geral, oferecem análises estritamente voltadas para o papel das instituições e suas respostas aos atos e ataques do governo executivo. Esta pesquisa visa oferecer outra lente, através da qual a autora argumenta que as estratégias em curso para fechar o espaço cívico no Brasil são uma ameaça à democracia no país.
- 35 Antoine Buyse, “Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, The International Journal of Human Rights 22, no. 8, (Taylor & Francis Online 2018), 966-988, disponível em: <https://jia.sipa.columbia.edu/take-back-future-global-feminisms-and-coming-crisis-beijing-settlement>.
- 36 Este artigo analisou estratégias e ações para o fechamento do espaço cívico no Brasil entre janeiro de 2019 e setembro de 2020. Os casos destacados são apenas uma amostra das ações realizadas nesse período.
- 37 Organizações como Todos pela Educação, Centro de Cidadania Fiscal, Institutos Igarapé e Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de inúmeras universidades, não apenas ofereceram propostas, concederam dados e pesquisas para distintos governos, mas também, em diferentes níveis, participaram na formulação de políticas, monitoramento, avaliação e até da implementação de planos e programas públicos.
- 38 Senado Federal, “Há 40 anos a Lei da Anistia preparou o caminho para o fim da ditadura”, 5 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>.
- 39 Bolsonaro pediu a “eliminação” de seus oponentes repetidas vezes. Ver: Anthony Boadle, Gabriel Stargardter, “Far-Right Bolsonaro Rides Anti-corruption Rage to Brazil Presidency”, Reuters, 28 de outubro de 2018, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-election/far-right-bolsonaro-rides-anti-corruption-rage-to-brazil-presidency-idUSKCN1N203K>. Ver também, Fábio Murakawa, “Bolsonaro ataca imprensa e diz que esquerda usa armas da democracia”, Valor Econômico, 16 de janeiro de 2020, disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/01/16/bolsonaro-critica-imprensa-e-diz-que-esquerda-usa-armas-da-democracia.ghtml>.
- 40 Ver: Dom Phillips, “Brazil: tortured dissidents appalled by Bolsonaro’s praise for dictatorship”, The Guardian, 30 de março de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/30/brazil-bolsonaro-regime-military-dictatorship>. Ver também, Dom Phillips, “Bolsonaro taunts UN rights chief over her father’s torture by Pinochet regime”, The Guardian, 4 de setembro de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/04/jair-bolsonaro-michelle-bachelet-brazil-police-killings>.
- 41 Laís Lis, “Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU”, G1, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>.
- 42 Ibid.
- 43 Ver: Ana Jean Kaiser, “Woman who Bolsonaro insulted: our president-elect encourages rape”, The Guardian. 23 de dezembro de 2018, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/dec/23/maria-do-rosario-jair-bolsonaro-brazil-rape>.

- 44 Ver: Rachel Gamarski; Simone PReissler Iglesias, “Brazil’s Bolsonaro has a shrine to the NRA”. Bloomberg Businessweek, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2018-10-25/brazil-s-bolsonaros-have-a-shrine-to-the-nra-and-2nd-amendment>. Eulina Oliveira, “Bolsonaro publica vídeo que defende armas e escreve: ‘garantia de um povo livre’”, Valor Investe, 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/25/bolsonaro-video-armamento-charlton-heston-nfa-estados-unidos-redes-sociais.htm>.
- 45 Ver: Guilherme Mazui, “Bolsonaro anuncia envio ao Congresso de projeto que isenta militar de punição em operações”, 21 de novembro de 2019, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/21/bolsonaro-anuncia-envio-ao-congresso-de-projeto-que-preve-isencao-de-punicao-para-militares-e-policiais-em-operacoes-de-glo.ghtml>.
- 46 Ver: Julio Canello, Leonardo Barbosa, João Feres, “Bolsonaro editou 27% mais decretos do que Lula no mesmo período no poder, El País, 16 de setembro de 2019, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/16/opinion/1568666299_558185.html.
- 47 Ver: Dom Phillips, Brazil’s Bolsonaro signs decree loosening gun ownership rules, The Guardian, 15 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/15/brazil-bolsonaro-signs-decree-easing-gun-restrictions>.
- 48 Ver: G1; Jornal hoje, “Registro de armas de fogo pela PF no 1 semestre são 89% de todos os concedidos no ano passado”, G1, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/registros-de-novas-armas-de-fogo-concedidos-pela-pf-ate-junho-chegam-a-89percent-de-todo-o-ano-de-2019.ghtml>.
- 49 Ver: “Retrospectiva 2019: Democracia no Brasil”, Pacto pela Democracia, 2019, disponível em: <https://www.democracianobrasil.org/>.
- 50 Ver: “Bolsonaro despreza lista tríplice e indica Augusto Aras para o comando da PGR”, Folha de São Paulo, 5 de setembro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-diz-a-augusto-aras-que-o-indicara-a-pgr.shtml>.
- 51 Ver: “Dos ministros ao 2º escalão: confira quem já foi demitido no governo Bolsonaro”, Estadão, 29 de janeiro de 2020, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dos-ministros-ao-2-escalao-confira-quem-ja-foi-demitido-no-governo-bolsonaro,70003176634>.
- 52 Ver: Leandro Colon, “Moro pede demissão após troca na PF, e Bolsonaro tenta reverter”, Folha de S. Paulo, 23 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-avisa-moro-que-vai-trocar-diretor-geral-da-policia-federal.shtml>.
- 53 Ver: Clara Cerioni, “De surpresa, Bolsonaro anuncia troca de chefe da PF-RJ; delegados reagem”, Exame, 15 de agosto de 2019, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/de-surpresa-bolsonaro-anuncia-troca-de-chefe-da-pf-rj-instituicao-reage/>.
- 54 Ver: Vera Magalhães, “Bolsonaro muda Abin e cria Centro de Inteligência Nacional”, Br Político, 3 de agosto de 2020. Disponível em: https://brpolitico.com.br/noticias/bolsonaro-muda-abin-e-cria-centro-de-inteligencia-nacional/?amp&__twitter_impression=true.
- 55 Ver: Guilherme Mazui, “Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde”, G1, 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/mandetta-anuncia-em-rede-social-que-foi-demitido-do-ministerio-da-saude.ghtml>.
- 56 Ver: Ana Letícia Leão, “‘Óbvio que antecipar o uso da cloroquina teve peso’, diz Teich sobre saída do Ministério da Saúde”, O Globo, 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/obvio-que-antecipar-uso-da-cloroquina-teve-peso-diz-teich-sobre-saida-do-ministerio-da-saude-24443783>.
- 57 Ver: Bruna Lima, “Quantidade de militares no Ministério da Saúde aumenta; veja a lista”, Correio Braziliense, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/23/interna-brasil,857604/quantidade-de-militares-no-ministerio-da-saude-aumenta-veja-a-lista.shtml>.
- 58 Ver: Luiz Felipe Barbiéri, “Medida provisória prevê supervisão e monitoramento de ONGs pela Secretaria do Governo”, G1/Globo, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/medida-provisoria-preve-supervisao-e-monitoramento-de-ongs-pela-secretaria-de-governo.ghtml>.
- 59 Ver: Joana Oliveira, “O sigilo deveria ser exceção. O decreto do Governo prejudica a transparência”, El País, 24 de janeiro de 2019, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/24/politica/1548360497_872168.html.
- 60 Ver: João Paulo Sacconi, Isabela Aleixo and Gustavo Maia, “Decreto do governo Bolsonaro mantém apenas 32 conselhos consultivos”, 29 de junho de 2019, O Globo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-do-governo-bolsonaro-mantem-32-conselhos-consultivos-23773337>. Diário Oficial da União, “Decreto 9.759”. 11 de abril de 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350.
- 61 Ver: Câmara Legislativa, “PDL 44/2020. Projeto de Decreto Legislativo de sustação de Atos Normativos do Poder Executivo”, 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2237177>.
- 62 Ver: Fábio Manzano, “Bolsonaro exclui participação da sociedade civil de conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente”, G1, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/02/06/bolsonaro-exclui-participacao-da-sociedade-civil-de-conselho-do-fundo-nacional-do-meio-ambiente.ghtml>.
- 63 Ver: “Governo oficializa exclusão da sociedade civil de comissão que cuida do desmatamento”, Folha de S. Paulo, 01 de agosto de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/08/governo-oficializa-exclusao-da-sociedade-civil-de-comissao-que-cuida-de-desmatamento.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha.
- 64 Ver: “Gabinete do ódio influencia presidente e acirra divisão do clã Bolsonaro”, Exame, 20 de setembro de 2019, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/gabinete-do-odio-acirra-divisao-da-familia-bolsonaro-no-planalto/>.
- 65 Ver: “Após eleição, perfis falsos e robôs pró Bolsonaro continuam ativos, aponta estudo”, Folha de São Paulo, 14 December 2018, available at: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-eleicao-perfis-falsos-e-robos-pro-bolsonaro-continuem-ativos-aponta-estudo.shtml>.
- 66 Ver: Congresso em foco, “Seguidores de Bolsonaro divulgam lista e pedem boicote a celebridades”, UOL, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/seguidores-de-bolsonaro-divulgam-lista-e-pedem-boicote-a-celebridades/>.

- 67 Ver: “Após ameaças, feira de livro em SC cancela participação de Miriam Leitão”, Estadão, 16 de julho de 2019, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-ameacas-feira-do-livro-em-sc-cancela-participacao-de-miriam-leitao,70002924860>.
- 68 Ver: Ernesto Londoño and Leticia Casado, “In Brazil, Firebombs Seek to Terrorize Makers of Film Portraying Jesus as Gay”, The New York Times, 26 de dezembro de 2019, disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/26/world/americas/brazil-gay-jesus-netflix-movie.html>.
- 69 Ver: “Investigação policial conclui que morte de Moa do Katendê foi motivada por briga política; inquérito enviado ao MP”, 17 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/17/investigacao-policial-conclui-que-morte-de-moa-do-katende-foi-motivada-por-briga-politica-inquerito-foi-enviado-ao-mp.ghtml>.
- 70 Para maiores detalhes sobre o ataque Ver: Patrícia Campos Mello, “A máquina de ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Também, “Brazil’s president attacks media instead of combating coronavirus”, Repórteres sem Fronteiras, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://rsf.org/en/news/brazils-president-attacks-media-instead-combatting-coronavirus>.
- 71 Ver: Jamil Chade, “Bolsonaro pode gerar violência real contra imprensa, alertam organizações”, UOL, 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/24/ataques-de-bolsonaro-contra-imprensa-gera-preocupacao-internacional.htm>.
- 72 Ver: “Bolsonaro cumpre ameaça e exclui Folha de licitação da Presidência para assinatura de jornais”, Folha de São Paulo, 28 de novembro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-cumprir-ameaca-e-exclui-folha-de-licitacao-da-presidencia-para-assinatura-de-jornais.shtml>.
- 73 Ver: “Repórter da Folha e diretor do Datafolha são alvos de ameaças”, O Globo, 24 de outubro de 2018, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/repoter-da-folha-diretor-do-datafolha-sao-alvos-de-ameacas-23180739>.
- 74 Ver: “Jamil Chade ‘Bolsonaro é denunciado na ONU por ataques contra mulheres jornalistas’”, UOL, 07 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-ataques-contra-mulheres-jornalistas.htm>.
- 75 Ver: “Bolsonaro amplia ameaça à folha e diz que boicota produtos de anunciantes do jornal”, Folha de São Paulo, 29 de novembro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-amplia-ameaca-a-folha-e-diz-que-boicota-produtos-de-anunciantes-do-jornal.shtml>.
- 76 Ver: David Miranda, “Bolsonaro wants to end democracy in Brazil. Here’s one way he could do it”, The Guardian, 21 de novembro 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/nov/21/bolsonaro-brazil-military-dictatorship-violence>. Ver também, “Brazil president threatens to cancel Globo Tv over report”, Al Jazeera, 30 de outubro 2018, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/brazil-president-threatens-cancel-globo-tv-report-191030193514527.html>.
- 77 Ver: Dom Phillips, “Brazil reels at claims judge who jailed Lula collaborated with prosecutors”, The Guardian, 10 de junho de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jun/10/brazil-lula-sergio-moro-judge-collaborated-with-prosecutors>. Ver também, Ernesto Londoño and Leticia Casado, “Leaked Messages Raise Fairness Questions in Brazil Corruption Inquiry”, The New York Times, 10 de junho de 2019, disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/10/world/americas/brazil-car-wash-lava-jato.html>.
- 78 Ver: G1 “Sem ser investigado ou indiciado, Glenn Greenwald é denunciado pelo Ministério público sobre invasão de celulares de autoridades”, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/21/sem-ser-investigado-ou-indiciado-glenn-greenwald-e-denunciado-pelo-ministerio-publico-sobre-invasao-de-celulares-de-autoridades.ghtml>
- 79 Ver: “Glenn Greenwald: Brazil accuses journalist of cyber-crimes”, BBC, 21 de janeiro de 2020, disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-51193826>.
- 80 Ver: “Por insegurança, professores universitários pedem ajuda para deixar Brasil, Exame, 24 de março de 2019, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/por-inseguranca-professores-universitarios-pedem-ajuda-para-deixar-brasil/>.
- 81 Ver: “Deputada aliada do Bolsonaro cria canal anônimo de denúncia contra professores universitários”, Estadão, 29 de outubro de 2018, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,deputada-aliada-do-bolsonaro-cria-canal-anonimo-de-denuncia-contra-professores-universitarios,70002571720>.
- 82 Ver: “Damares anuncia canal de denúncias para questões contra moral, religião e ética nas escolas”, Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/damares-anuncia-canal-de-denuncias-para-questoes-contra-moral-religiao-e-etica-nas-escolas.shtml>.
- 83 Ver: Victória Damasceno, “Weintraub repete acusações contra universidades com base em reportagens”, 11 de dezembro de 2019, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-da-educacao-repete-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>.
- 84 Ver: “Gestão Bolsonaro muda edital de livros, abre margem para erros e retira violência contra mulher”, Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-bolsonaro-retira-violencia-contra-mulher-e-quilombo-de-edital-de-livros.shtml>.
- 85 Ver: “Veja medidas do governo Bolsonaro que reduziram a transparência oficial”, Folha de S. Paulo, 21 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/veja-medidas-de-bolsonaro-que-reduziram-transparencia-no-governo-desde-2019.shtml>.
- 86 “Câmara aprova suspensão de decreto sobre sigilo de documentos”, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/552179-camara-aprova-suspensao-de-decreto-sobre-sigilo-de-documentos/>.
- 87 Jan Niklas, “Bolsonaro transfere Secretária de Cultura para o Ministério do Turismo”, O Globo, 07 de novembro de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo-1-24067098>.
- 88 Fabio Teixeira, “Brazil’s Bolsonaro suspends funding for LGBT+ screenplays”, Reuters, 21 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-lgbt-bolsonaro/brazils-bolsonaro-suspends-funding-for-lgbt-screenplays-idUSKCN1VB2GR>.
- 89 Ver: “Brazil’s culture minister fired after echoing Goebbels”, BBC, 17 de janeiro de 2020, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-51149224>.

- 90 Caio Quero, “Bolsonaro defende discurso sobre Ustra e ‘nazismo de esquerda’, no último dia em Israel”, BBC, 2 de abril de 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47794953>.
- 91 Ver: “Deve-se rastrear o dinheiro público no ‘gabinete do ódio’”, O Globo, 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/deve-se-rastrear-dinheiro-publico-no-gabinete-do-odio-1-24524583>.
- 92 Ver: Patricia Campos Mello, “Brazil’s Troll Army moves into the streets”, The New York Times, 04 de agosto de 2020. Available at: <https://www.nytimes.com/2020/08/04/opinion/bolsonaro-office-of-hate-brazil.html>.
- 93 Dom Phillips, “Brazil space institute director sacked in Amazon deforestation row”, The Guardian, 02 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/02/brazil-space-institute-director-sacked-in-amazon-deforestation-row>.
- 94 Dom Phillips, “Bolsonaro declares ‘the Amazon is ours’ and calls deforestation data ‘lies’”, The Guardian, 19 de julho de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/19/jair-bolsonaro-brazil-amazon-rainforest-deforestation>.
- 95 Gabriel Vasconcelos, “Fuga de cérebros é realidade, diz chefe da Academia Brasileira de Ciências”, Valor Econômico, 13 de agosto de 2019, disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/08/13/fuga-de-cerebros-e-realidade-diz-chefe-da-academia-brasileira-de-ciencias.ghtml>.
- 96 Ver: “Relatório aponta sério risco à liberdade acadêmica no Brasil”, Deutsche Welle, 20 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/relat%C3%B3rio-aponta-s%C3%A9rio-risco-%C3%A0-liberdade-acad%C3%AAmica-no-brasil/a-54993042>.
- 97 Johanns Eller, “Salles insinua que Greenpeace pode ter derramado óleo, mas volta atrás”, O Globo, 24 de outubro de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/salles-insinua-que-greenpeace-pode-ter-derramado-oleo-mas-volta-atras-24039726>.
- 98 Jonathan Watts, “Jair Bolsonaro claims NGOs behind Amazon forest fire surge – but provides no evidence”, The Guardian, 21 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/21/jair-bolsonaro-accuses-ngos-setting-fire-amazon-rainforest>.
- 99 Ver: “Brazil’s Leader Falsely Blames Leonardo DiCaprio for Amazon fires”, The New York Times, 30 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/30/world/americas/amazon-fires-dicaprio-bolsonaro.html>.
- 100 Ver: “Da Alemanha aos países árabes: as ‘brigas’ diplomáticas compradas por Bolsonaro”, Estadão, 23 de agosto de 2019, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,da-alemanha-aos-paises-arabes-as-brigas-diplomaticas-compradas-por-bolsonaro,70002979193>.
- 101 Ver: Rubens Valente, “Ação sigilosa do governo mira professores e policiais antifascistas”, UOL, 24 de julho de 2020, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>.
- 102 Ver: Rosane D’Agostino. “STF decide suspender produção de dossiê sobre antifascistas pelo Ministério da Justiça”, G1, 20 Agosto de 2020. disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/20/stf-forma-maioria-para-proibir-ministerio-da-justica-de-produzir-dossie-contra-antifascistas.ghtml>
- 103 Ver: Conectas “Bolsonaro nomeia agente da ABIN para coordenar relação com ONGs”. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/bolsonaro-nomeia-agente-da-abin-para-relacao-ongs>.
- 104 Ver: Conectas “Justiça suspende nomeação de agente da ABIN para coordenar relação com ONGs”. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/suspensa-nomeacao-de-agente-da-abin-relacao-com-ongs>.
- 105 Ver: “No livro de Mandetta, a ida à padaria que pareceu monitorada pelo Presidente”, Tribuna do Norte, 25 de setembro de 2020, disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/territoriolivre/no-livro-de-mandetta-a-ida-a-padaria-que-pareceu-monitorada-pelo-presidente/>.
- 106 Ver: “Brazil outrage as minister references authoritarian AI-5 decree”, Al Jazeera, 26 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/brazil-outrage-minister-references-authoritarian-ai-5-decree-191126155856668.html>.
- 107 Vinicius Passarelli, “O que foi o AI-5?”, Estadão, 26 de novembro de 2019, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-foi-o-ai-5,70003071380>.
- 108 Ver: “Polícias interrompem reunião que planejava ato contra Bolsonaro em Manaus, diz sindicato”, G1/Globo, 24 de julho de 2019, disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/24/policiais-interrompem-reuniao-que-planejava-ato-contra-bolsonaro-em-manaus-diz-sindicato.ghtml>.
- 109 Ver: “Bolsonaro e Moro escalam Força Nacional para protesto de mulheres em Brasília”, Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-e-moro-escalam-forca-nacional-para-protestos-de-mulheres-em-brasilia.shtml>.
- 110 Ver: Daniel Gullino, “Bolsonaro sugere uso de força de segurança ‘federal ‘contra manifestantes’”, O Globo, 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sugere-uso-de-forca-de-seguranca-federal-contra-manifestantes-1-24464158>.
- 111 Dom Phillips, “He wants to destroy us: Bolsonaro poses graves threat in decades, Amazon tribes say”, The Guardian, 26 de junho de 2019, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/26/bolsonaro-amazon-tribes-indigenous-brazil-dictatorship>.
- 112 Ver: Robert Muggah; Julia Franciotti, “New data points to staggering violence in the Amazon”, Americas Quarterly, 05 de dezembro de 2019, disponível em: <https://www.americasquarterly.org/content/new-data-points-staggering-violence-amazon>.
- 113 Ver: “Brazil: Amazon land defender killed by illegal loggers”, BBC, 2 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50278523>.
- 114 Paulo Adama Idoeta, “O que diz a queixa apresentada contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional”, BBC, 28 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50595551>.
- 115 Ver: “Bolsonaro ‘dá sinal verde’ para policiais matarem e desmatadores, diz presidente da organização Human Rights Watch”, G1/Globo, 10 de outubro de 2019, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/16/bolsonaro-da-sinal-verde-para-policiais-matarem-e-desmatadores-diz-presidente-da-organizacao-human-rights-watch.ghtml>.

- 116 Natália Portinari, “Flavio Bolsonaro propõe ‘suicídio’ por policial para casos como sequestro na Ponte Rio-Niterói”, O Globo, 22 de agosto de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/flavio-bolsonaro-propoe-suicidio-por-policial-para-casos-como-sequestro-na-ponte-rio-niteroi-23895034>.
- 117 Ver: “Com motim da PM, Ceará tem o mês mais violento desde pelo menos 2013”, G1, 06 de março de 2020.
- 118 Robert Muggah, “Brazil’s Murder Rate Finally Fell, and by a lot”, Foreign Policy, 22 de agosto 2019, disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/04/22/brazils-murder-rate-finally-fell-and-by-a-lot/>.
- 119 Ver: Guilherme Amado, “Ernesto Araújo nega aquecimento global: ‘Fui a roma em maio e havia uma onda de frio’”, Época, 03 de agosto de 2019, ver: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ernesto-araujo-nega-aquecimento-global-fui-roma-em-maio-havia-uma-onda-de-frio-23851347>.
- 120 Ver: Carlos Graieb, “Vergonha: Itamaraty adota pauta medieval e contra as mulheres na ONU”, IstoÉ, 12 de julho de 2020, disponível em: <https://istoe.com.br/vergonha-itamaraty-adota-pauta-medieval-e-contra-as-mulheres-na-onu/>.
- 121 Ver: André Duchiede, “Ex-chanceleres e ministros de toda a Nova República pré-Bolsonaro de reúnem para atacar a diplomacia da vergonha”, O Globo, 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ex-chanceleres-ministros-de-toda-nova-republica-pre-bolsonaro-se-reunem-para-atacar-diplomacia-da-vergonha-2440021>.
- 122 Ver: “Twitter decide encerrar anúncios políticos em rede social”, Estadão, 30 de outubro de 2019, disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,twitter-decide-encerrar-anuncios-politicos-em-rede-social,70003069987>.
- 123 Ver: “Youtube vai alertar brasileiros sobre vídeos com informações falsas”, Estadão, 26 de novembro de 2019, disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,youtube-alertara-usuarios-brasileiros-sobre-videos-com-informacoes-falsas,70003101829>.
- 124 Antoine Buyse, “Squeezing Civic Space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, The International Journal of Human Rights 22, no. 8, (Taylor & Francis Online 2018), 966-988, disponível em: <https://jia.sipa.columbia.edu/take-back-future-global-feminisms-and-coming-crisis-beijing-settlement>.



Referências da Tabela 1

- BUYSE, Anthony. “Squeezing civic space: restrictions on civil society organizations and the linkages with human rights”, *The International Journal of Human Rights*, 22:8, 966-988, 2018.
- BARRET, Martyn and Ian Brunton-Smith. “Political and Civic Engagement and Participation: Towards an Integrative Perspective”, *Journal of Civil Society*, 10:1, 2014, 5-28, 2014.
- CIVICUS. *2017 The state of civil Society*. 2017, <https://www.civicus.org/index.php/state-of-civil-society-report-2017>
- CIVICUS. *CIVICUS Monitor Methodology Paper*. May 2018, <https://www.civicus.org/documents/civicus-monitor-methodology-paper.pdf>
- CIVICUS. *People Power Under Attack* – a report based on data from the CIVICUS monitor. December 2019, <https://civicus.contentfiles.net/media/assets/file/GlobalReport2019.pdf>
- DAHL, Robert. *On Democracy*. Yale University Press, 1998.
- DAHL, Robert. “What Political Institutions Does Large-Scale Democracy Require?” *Political Science Quarterly*, Vol. 120, No. 2 (Summer, 2005), pp. 187-197.
- EUROPEAN COMMISSION (EC). *A multi-dimensional Approach to Disinformation* - Report of the independent High level Group on fake news and online disinformation, 2018, <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1>
- GERSHMAN, Carl, and Michael Allen. “New threats to freedom: The assault on democracy assistance.” *Journal of democracy* 17(2): 2006, 36-51.
- GIDDENS, Antony. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. University of California Press, 1984.
- HAYES, Ben. *Counter-terrorism, 'policy Laundering' and the FATF: Legalising Surveillance, Regulating Civil Society*. Transnational Institute, 2012.
- INTERNET GOVERNANCE FORUM. *The Charter of Human Rights and Principles for the Internet Booklet*, <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/the-charter-of-human-rights-and-principles-for-the-internet-educational-resource-guide-v2>
- INTERNET GOVERNANCE FORUM. *Internet Rights and Principles Coalition*, 2019, https://internetrightsandprinciples.org/wp-content/uploads/2020/03/IRP_booklet_Eng_7ed_Nov2019.pdf
- INTERNATIONAL COVENANT ON CIVIL AND POLITICAL RIGHTS (ICCPR). Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 2200A (XXI) of 16 December 1966, entry into force 23 March 1976, in accordance with Article 49, <https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/ccpr.pdf>
- KALYVAS, Stathis. *The Logic of Violence in Civil Wars*. Cambridge University Press, 2006.
- LASWELL, Harold D. “Censorship” in *III Encyclopedia of the Sodai Sciences* 290. MacMillan, New York, 1930.
- LEVITSKY, Steven, and Daniel Ziblatt. *How democracies die*. Broadway Books, 2018.

- LYON, David. *The electronic eye: The rise of surveillance society*. University of Minnesota Press, 1994.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER OF HUMAN RIGHTS. Homepage of OHCHR. <https://www.ohchr.org/EN/pages/home.aspx>.
- PIVEN, Francis Fox, and Richard Cloward. *Poor People's Movements*. New York: Pantheon, 1977.
- RUTZEN, Douglas. "Authoritarianism Goes Global (II): Civil Society Under Assault." *Journal of Democracy* 26, no. 4 (2015): 28–39.
- SANDOWSKY, D. "The charismatic leader as narcissist: Understanding the abuse of power." *Organizational Dynamics*, 23(4), 57–71, 1995.
- SCHELLING, Thomas. *Arms and Influence*. New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 1966.
- SELZNICK, Philip. "Foundations of the theory of organization." *American Sociological Review*, 13(1): 1948, 25–35.
- STARR, Amory, et al. "The impacts of state surveillance on political assembly and association: A socio-legal analysis." *Qualitative Sociology* 31.3 (2008): 251-270.
- TANDOC, Edson C. Jr., Zheng Wei Lim and Richard Ling. "Defining 'Fake News'," *Digital Journalism*, 6(2): 2018, 137-153.
- THE INTERNATIONAL CENTER FOR NON PROFIT LAW. Homepage of ICNL, <https://www.icnl.org/>.
- TUSHNET, Mark V., "Constitutional Hardball". *Georgetown Law Faculty Publications and Other Works*. 555, 2004.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Universal Declaration of Human Rights. 10 Dezembro 1948.
- WEIDNER, Phillip. "Discovery Techniques and Police Surveillance." *UCLA Alaska L. Rev.* 7 (1977): 190.
- WOLFF, Jonas, and Annika Elena Poppe. *From Closing Space to Contested Spaces: Re-assessing current conflicts over international civil society support*. Vol. 137. DEU, 2015.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2017-2018*, <http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>.
- WORLD MOVEMENT FOR DEMOCRACY. Homepage, <https://www.movedemocracy.org/>.



INSTITUTO IGARAPÉ a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Tradução:

Sergio Schargel

Direção criativa e layout

Raphael Durão - STORMdesign.com.br

ISSN 2359-0998

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank